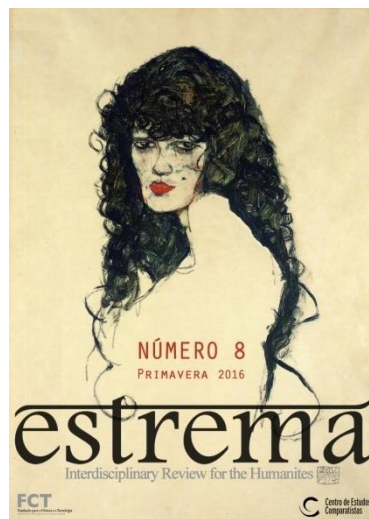


estrema

Revista Interdisciplinar de Humanidades
Interdisciplinary Review for the Humanities

Para citar este artigo / To cite this article:

Vecchio, Daniel. 2016. “Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas”. *estrema: Revista Interdisciplinar de Humanidades* 8: 292-324.



Centro de Estudos Comparatistas

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Centre for Comparative Studies

School for the Arts and the Humanities/ University of Lisbon

<http://www.estrema-cec.com>

**Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de
subjetividades históricas**

Daniel Vecchio¹

Resumo: Neste estudo, pretendemos discutir como a imaginação e os sentimentos humanos podem atuar no campo histórico de maneiras e em direções que reposicionam a própria história de sua anterior zona de conforto: a reconstituição plena do passado. Para abordar esse reposicionamento, nos ateremos ao que foi considerado como o ressurgimento da metáfora para a interpretação verossímil das subjetividades no texto histórico e não no seu abuso. A metáfora será tratada aqui, portanto, como um fator metodológico que opera desdobramentos e substituições semânticas, um desvio historicamente controlado dos sentidos, desdobramento das marcas presentes na própria superfície das fontes. Observaremos, por fim, que esse procedimento cognitivo nada mais é do que uma reação tanto contra as pesquisas sobre o tema que insistem em reafirmar os preceitos aristotélicos para expor a relação categórica entre ficção e história, quanto contra a abstração empregada na significação de subjetividades descoladas semanticamente de seu objeto histórico, reação que pode ser vista com o avanço inicial dos estudos de história cultural no último quartel do século passado, promovidos por intelectuais como Roger Chartier, Paul Ricoeur e Sandra Pesavento.

Palavras-chave: História Cultural; Literatura; Subjetividade; Verdade; Verossímil.

Abstract: In this study, we intend to discuss how the imagination and feelings of men may act in the historical field in differently ways and directions, making a reposition in the comfort history zone: the full reconstitution of the past. To address this repositioning, we will keep to what was regarded as the resurgence of metaphor for the interpretation of subjectivities in the historical text rather than its abuse. The metaphor, therefore, will be treated here as a methodological factor that operates developments and semantic substitutions, a measured deviation of the senses, of the brands present on the source's surface. We observe, finally, that this process is nothing more than a reaction against both the research on history subjects that insist on reaffirming the Aristotelian principles to expose the categorical relationship between fiction and history, as against the maid abstraction in subjectivities semantically distant of the you respective source. Its historical object reaction can be seen with the initial advancement of cultural history studies

¹ Doutorando em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Graduado em História e Mestre em Literatura pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Seus estudos perpassam pelos hibridismos entre História e Ficção, pela História dos Imaginários, pela Literatura Portuguesa de Viagens, pela História e a Historiografia dos Descobrimentos e pelo Romance Português. Faz parte de grupos de pesquisa como o NEP (Núcleo de Estudos Portugueses da UFRJ) e o *Mare Liberum* (Centro de Estudos e Referências de Cartografia Histórica da UNICAMP) Email: danielvecchioalves@hotmail.com.

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de
subjetividades históricas

in the last quarter of the last century, with the north figures such as Roger Chartier,
Paul Ricoeur and Sandra Pesavento.

Key words: Cultural History; Literature; Subjectivity; Verity; Verisimilitude.

*With a single drop of
ink for a Mirror, the
Egyptian sorcerer
undertakes to reveal to
any chance comer far-
reaching visions of the
past. This is what I
undertake to do for
you, reader. George
Eliot*

As narrativas permitem ao ser humano misturar presente, passado e futuro, proliferando projeções perceptivas de algum real. Ademais, a vida humana é construída e reconstruída através de suas intervenções cognitivas e narrativas ao longo do tempo e poderíamos até afirmar que ela não se reconhece diretamente, se não a partir das narrativas dispostas na memória de um grupo.

Os três tomos de *Tempo e Narrativa*, de Paul Ricoeur, são responsáveis por demonstrar que há uma forte circularidade entre tempo e narrativa, pois segundo ele o tempo torna-se humano na medida em que é articulado no modo narrativo e a narrativa, por sua vez, torna-se significativa na medida em que desenha os traços humanos das suas experiências temporais (Ricoeur 2010).

Temos com resultado dessa sensibilidade, uma história que se preocupa, acima de tudo, com seus próprios modos de (re)significar e narrar o passado, dosando imaginários, tendências e parcialidades em sua representação. Nessa perspectiva, a narrativa se pretende uma aplicação diferencial na esfera figurativa e histórica do agir humano, tornando-se um meio de transitar da história à ficção e da ficção à história, meio esse que assegura um processo crítico e criativo de leitura e investigação do passado.

É importante salientar que não há nada de novo no que estamos a sugerir, somente levantaremos esta abordagem porque ela parece não ter sido muito bem compreendida em muitas discussões travadas recentemente. Diante disso, para abordarmos a relação pretendida, nos ateremos especificamente ao que foi considerado como o ressurgimento da metáfora

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas

cognitiva para a interpretação verossímil das subjetividades do texto histórico e não no seu abuso.

A metáfora, em seu viés cognitivo, será tratada aqui como um fator metodológico que opera desdobramentos e substituições semânticas de modo a provocar desvios ficcionais historicamente controlados, desdobrando os traços identitários presentes na própria superfície material e textual dos monumentos e documentos históricos.

Uma das primeiras evidências postas para quem começa a estudar os elementos narrativos das fontes que transitam entre história e ficção é, certamente, a longevidade do seu embate. Praticamente desde as primeiras produções textuais, sejam manifestações poéticas ou filosóficas, essa questão está efetivamente presente e vem se readequando em múltiplas perspectivas.

Uma observação mesmo que superficial da epopeia homérica (900 a.C.), por exemplo, indicará, claramente, que mito e história integram-se na sua organização narrativa. Pode-se perceber, com isso, que, desde aqueles momentos iniciais de elaboração da escrita grega, as malhas do material narrativo se teciam a partir de uma primeira combinação especial desses dois terrenos tão fundamentais para o campo da representação.

Aliás, muito devemos a Aristóteles no que remete à criação de uma concepção estética cuja noção de imitação não se limitava mais ao grau da cópia do mundo exterior, passando tal arte a ser considerada por um critério de verossimilhança. Ao enaltecer esse processo mimético, o filósofo nos fornece uma noção de imitação fundada na possibilidade figurativa, sem o

duro compromisso de traduzir a realidade empírica em seu todo, compromisso que a história muitas vezes assumiu sem sucesso.

No entanto, para o Aristóteles da *Poética* a mimese parecia relegada somente ao sagrado, processo que caracterizava o proferir de deuses, oráculos e *aedos*. Nesse sentido, são contrapostas duas formas narrativas: a verdade histórica e a divina verossimilhança poética. O poder imaginativo e as suposições de âmbito universal são colocadas como marcas principais dessa poética, enquanto as marcas do apego à experiência humana particular são a característica central da história (Aristóteles 2004).

Entretanto, se, na *Poética*, Aristóteles se limita a tratar o verossímil como algo somente da ordem do irreal, ele o fará ganhar na *Retórica* um valor mais filosófico e pragmático através daquilo que o estagirita chama de “metáfora proporcional”, processo retórico que assegura a exposição verossimilhante de um real público e particular com base na expectativa da visão geral das identidades e dos problemas humanos (cf. Aristóteles 2005). Com esse ampliado campo de ação da metáfora no tratamento das circunstâncias mundanas, Aristóteles praticamente lançou as bases para pensarmos uma teoria da verossimilhança.

Ele parece ter percebido que a verossimilhança era uma das chaves para compreender a arte de representar fundada pela sociedade grega, porque ela é menos anacrônica e mais democrática do que o mito ao percorrer os horizontes metafóricos da possibilidade de existência, anulando ou mesmo colocando em suspenso qualquer categorização positiva do real, por mais particular que ela seja.

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas

Até hoje essas incursões narrativas entre história e ficção vem se constituindo em matéria privilegiada para extenso número de teóricos e escritores que, com maior ou menor fôlego, forjam conceitos e construções que envolvem dinamicamente esses campos. Muitas vezes, a mão dos críticos pesou demais e se acreditou que havia um abismo inseparável entre história e ficção; ou o oposto, que suas peculiaridades se esfumavam, perdendo-se, ambas, num relativismo preguiçoso e equivocado.

Ponderando esses esforços, o pano de fundo do nosso trabalho explorará justamente a fronteira porosa entre essas duas narrativas e o compartilhamento entre elas de métodos investigativos e estratégias de escritura fundados na metáfora. Para isso, contudo, não cairemos num relativismo inocente que vise anunciar o fim da história frente ao poder inventivo da ficção, tendência contemporânea essa que empreende uma leitura apressada da relação em questão.

Não lutaremos contra a existência do acontecimento histórico, relegando-o somente ao *tropos* da invenção, e sim lutaremos contra a sua superficialidade: “trata-se em substância, de aceitar uma pluralidade, uma multiplicidade de abordagens e de compreender que a história pode fornecer explicações diversas com o acontecimento.” (Le Goff 1999, 22).

Por essas razões, há muito tempo os laços metafóricos entre ficção e história merecem um estudo coletivo mais sério e aprofundado, uma avaliação que explore seus vários espaços de cruzamento e mediação, ou seja, que explore as relações possíveis entre o real material e sua simbologia. Nesse trabalho, tais espaços interativos se revelam fundamentais para o reconhecimento e a compreensão de uma crítica

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas

narrativa atual que pretendemos evidenciar, suscitando uma compreensão menos categórica e mais metafórica da prática de representar do passado.

Essa reposição perceptiva extrapola a noção puramente epistêmica da histórica, reduzida à certeza científica, resultando numa linha mais retórica e filosófica de representação do real. Para a cultura científica, ao contrário, o falso ou o simulado é simplesmente um erro que deve ser eliminado. No entanto, se nas ciências a verdade torna-se uma questão de acerto e erro, nas humanidades, a verdade é a inacessibilidade do real.

Nas Ciências Humanas, atualmente, o registro “suspende essa dicotomia verdade/mentira. Mais do que isso, a partir do romantismo, ela torna-se o espaço de autorreflexão e de construção das novas subjetividades e dos novos paradigmas do real” (Selligmann-Silva 2013, 36). Dessa forma, apresentamos nossa reorientação teórica e metodológica na construção do conhecimento nas Humanidades, partindo essa construção de hipóteses densas que visam extrapolar a zona de conforto que separa categoricamente a certeza da incerteza.

Todavia, mesmo ressurgindo através dessa problemática principalmente por meio dos estudos hermenêuticos e fenomenológicos, as Ciências Humanas ainda parece nadar em contracorrente ao ser enquadrada muitas vezes em valores ou conceitos que são relevantes apenas nas outras áreas mais badaladas do conhecimento, áreas que atendem aos interesses mercadológicos e caminham pela perspectiva da Lógica e das Ciências Naturais.

Tudo nos leva a crer que na tentativa desse enquadramento o verdadeiro engano está na promessa de autenticidade. Mas, aliada a

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas

legitimação dessa promessa, está a opinião de que o ser humano possui a tendência de sempre enxergar

um mundo onde o bem e o mal sejam nitidamente discerníveis, pois existe nele a vontade inata e indomável de julgar antes de compreender. Sobre essa vontade estão fundadas as religiões e as ideologias. [...]. Nisso está contida a incapacidade de suportar a relatividade essencial das coisas humanas, a incapacidade de encarar a ausência do Juiz supremo. Devido a essa incapacidade, a sabedoria do romance (a sabedoria da incerteza) é difícil de aceitar e de compreender. (Kundera 2009, 14-15)

No excerto acima, Milan Kundera traduz como “sabedoria da incerteza” a sabedoria capaz de confrontar a persistente necessidade humana de entender o mundo sob o prisma da verdade e da mentira, como se essas categorias fossem entidades nitidamente discerníveis. É com essa linha de pensamento que gostaríamos de adentrar nas Ciências Humanas, linha essa que proporcionará ao presente artigo a realização de abordagens mais fluídas sobre a relação entre história e ficção.

Operando de forma distinta da Lógica e das Ciências Naturais, portanto, as Ciências Humanas serão evocadas aqui na perspectiva da incerteza no intuito de nos aproximar do objetivo principal desse ensaio: avaliar a relação entre história e ficção a partir de experiências temporais e narrativas específicas, na quais o campo metafórico do possível ou o do verossímil é utilizado como principal ferramenta interativa e interpretativa.

Avaliaremos essa recente experiência narrativa no intuito de demonstrar que a estratégia metafórica é uma estratégia cognitiva e narrativa mais segura, mais construtiva historicamente do que a dialética, que por sua vez, através da paródia e das metaficções, estiveram mais em moda nas últimas décadas sob a etiqueta da narrativa pós-moderna. Linda Hutcheon, com olhos voltados para outro conjunto específico de narrativas

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de
subjetividades históricas

contemporâneas, afirma a existência supostamente predominante da metaficção historiográfica, narrativa dotada de “uma ideologia pós-moderna de pluralidade e reconhecimento da diferença, algo que ataca com ironia.” (Hutcheon 1991, 152).

Ainda nos perguntamos se a experiência narrativa contemporânea em seu todo deve ser reduzida somente pela transição de formas ou ideias opositivas em relação àquilo que tomamos por real. Parece, a própria Hutcheon, que sim, já que desde sua primeira obra publicada *Para uma Teoria da Paródia*, a autora não hesita em identificar, nas metaficções historiográficas, o sucesso da operação de inversão entre um primeiro plano paródico e o segundo plano parodiado com o qual se joga, ironicamente no processo de reconfiguração do passado.

Observa-se, com isso, a defesa de parâmetros necessários para se medir os procedimentos estruturais de uma narrativa de tema histórico tomada como pós-moderna, cuja composição textual se fundamentaria apenas na distorção figurativa e ideológica de objetos e discursos documentais. Mas, nesse procedimento, a metaficção historiográfica, visando estabelecer uma leitura paródica dos signos da tradição, explora somente um dos recursos para extrair sentidos narrativos das fontes, sentidos que podem ser ampliados ao serem submetidos por uma análise metafórica dos registros, se revelando como matéria-prima das inferências históricas.

Essa predeterminação de sentidos por oposição, consolidada por séculos de raciocínio dialético, nos parece um tanto mecânica demais para lidar com a complexidade dos processos de construção do conhecimento

histórico, pois essa demanda relações mais fluidas e profundas do que uma mera inversão formal e ideológica. Por isso, o presente trabalho optará por refletir acerca da historicidade da narrativa fundamentada na análise da metáfora cognitiva, buscando, dessa forma, não somente a paródia da tradição, mas os sentidos verossimilhantes que fazem emergir os bastidores da documentação histórica.

Juntos, a metáfora e a história não se integram para buscar certezas científicas, mas para buscar as possibilidades de interpretação de algo. O que é mais importante notar na intercessão da metáfora na história é a sua capacidade de renovação de sentidos históricos possíveis e a capacidade de plurissemantização da linguagem utilizada pelas fontes. Não é novidade esse tratamento metafórico da componente documental e gnosiológica no terreno do ficcional. Porém, infelizmente, até hoje apenas uma pequena parte dos teóricos e críticos explorou consistentemente tais mediações.

Enquanto para muitos a metáfora era considerada uma comparação abreviada, uma simples substituição de palavra, na semântica moderna a metáfora passa a ser considerada uma característica discursiva resultante da fusão de domínios semânticos diferentes, intersecção analógica entre domínios estranhos que através dela mantêm-se ligados. A metáfora surge, assim, como “um fenômeno linguageiro ordinário (...) de emprego fluido de palavras, visando assegurar, ao menor custo, o rendimento máximo da comunicação em certos contextos.” (Charaudeau & Maingueneau 2008, 328).

Ainda, segundo Charaudeau e Maingueneau (2008), atribui-se à metáfora algumas funções principais, como a função estética, considerada

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas

como ornamento, e a função cognitiva, função essa que nos permitirá aqui explorar analogicamente interpretações e detalhes históricos ainda pouco sondados pelo discurso e pela crítica vigente.

A sua pertinência na relação entre história e ficção se justifica pelo fato de que, sob um cuidado refigurativo fundado na ideia cognitiva da metáfora, a narrativa evidencia as possíveis marcas alojadas nos recônditos simbólicos das fontes históricas, tomando o território do documento como campo aberto de significados, na qual as relações metafóricas são traçadas visando apreender as possibilidades semânticas dos registros.

Desde o século XVIII, com a *Scienza nuova* de Giambattista Vico, já estava consolidado esse modo de integração da história com a ficção: “[...], se bem a considerarmos, a verdade poética é uma verdade metafísica, em relação à qual a verdade física, que não lhes conforme, deve ter-se em conta de falsidade.” (Vico 1974, 46). O fingir para Vico é a invenção poética pela qual nasceu o mundo humano, é o que ele chama de “impossível crível” (Vico 1974, 81), implicando tal ato numa legítima prática investigativa, que tem como método extrair das fontes as subjetividades históricas que podem ser observadas através da verossimilhança:

Nessa concepção, a linguagem, instrumento da nomeação dos elementos do universo humano, tem estatuto de instituinte da realidade histórica. É, com efeito, um processo metafórico, a associação de sentido entre um fenômeno físico e os sentimentos suscitados por este na consciência de seres até então bestiais, que, segundo Vico, constitui o ato inaugural da sociedade: [...]. Tal concepção faz da atividade ficcional, vale dizer, da postulação imaginária do real, o princípio imprescritível do mundo histórico: “Dessa natureza das coisas humanas ficou uma propriedade eterna, expressa com nobreza por Tácito: que os homens atemorizados inutilmente *fingunt simul creduntque* (tão logo imaginam, acreditam)”. (Lacerda 1994, 28-29)

É importante sublinhar, ademais, que essa reposição da verossimilhança, alertada por Vico foi, de certo modo, colocada em prática pelos romances históricos românticos produzidos ao longo do século XIX, habilidade essa infelizmente ocultada pelas críticas ultrarrealistas injustas e, muitas vezes, pedantes, da qual a literatura romântica tem sido vítima. Certo é que sua essência é totalizante no sentido de tentar superar a insatisfação que a representação do real histórico causava na época; tanto que a literatura romântica tomou para si o compromisso de enriquecer e completar a existência humana, compensar o ser de sua trágica condição de viver para morrer, e sonhar com o que não pode atingir.

Mesmo sob essa direção, os romances românticos não foram escritos para meramente contar a vida, mas também para transformá-la. Nesse sentido, a literatura romântica não pode ser entendida apenas como uma forma de escapismo, um ludismo inconseqüente dos seus primeiros anos de surgimento, mas uma corrente narrativa que se desenvolveu e iniciou, através de algumas obras, essa longa travessia semântica que a metáfora vem realizando na representação da experiência humana e suas fontes históricas.

Uma importante preocupação do romance histórico de cunho romântico foi, inclusive, a obtenção de um equilíbrio semântico entre subjetividade e realidade, configurando a narrativa como “espaço discursivo onde os jogos inventivos do escritor, aplicados a dados históricos, produzem composições que oferecem aos leitores, simultaneamente, a denúncia da ilusão de realismo e oportunidade de escapar de uma realidade insatisfatória.” (Esteves & Milton 2007, 14).

O romance histórico foi sempre um gênero bastante controvertido, porém profícuo, pois era considerado desde então a contrapartida necessária da história, gênero que nos revela os segredos que a nascente histórica científica ainda não mostrava. “Na verdade, a descoberta dos sentimentos é uma invenção efetiva dos românticos, [...]. Daí advém a consciência de um modo de ser, da sensibilidade própria de uma comunidade, [...]” (Pesavento 2008, 20).

O que temos aqui, portanto, é o primeiro surgimento de uma corrente de escritores e pensadores que começam a pensar na readequação da história científica divulgada na época através da valorização das próprias subjetividades como fonte do passado. Essa reconsideração implicou mudanças no ato de historiar, concluindo que, por mais documentos disponíveis que existam, a seletividade sempre estará presente no trabalho do historiador ou do ficcionista, por isso é preciso recorrer à metáfora para estabelecer nexos entre eles, para recriar ausências e ações. É esse universo de possibilidades recriadas que vai rivalizar efetivamente com a realidade objetiva do mundo científico a partir desse século.

Em meio a tal embate no século XIX, nenhuma reflexão sobre as relações entre o ficcionista e o historiador foi tão melancólica quanto a de Alessandro Manzoni. Esse autor começa por revelar que “algumas pessoas se lamentam porque em certos romances históricos, ou em certas partes de um romance histórico em particular, o fato não esteja claramente diferenciado da invenção e que, por consequência, não se alcance um dos objetivos principais deste tipo de obra, que é a representação fiel da história.” (Manzoni 2012a, 28). Os que assim procedem, diz Manzoni,

pertenceriam ao grupo dos que privilegiam, mesmo no romance histórico, o componente documental, em detrimento da invenção ficcional.

Existem, porém, continua Manzoni, pessoas que se queixam exatamente do contrário, isto é, do fato de que “neste ou naquele romance histórico, nesta ou naquela parte de um romance histórico, o autor distingue expressamente o *vero positivo* da invenção”, de que resulta ser destruída “aquela unidade que é a sua condição vital, como em qualquer obra de arte” (Manzoni 2012a, 28). Nesse cruzamento de opiniões, é a própria forma do romance histórico que está em jogo.

Manzoni dá razão a ambos os queixosos somente para chegar a uma terceira verdade, considerando que o romance histórico é feito com pouco de cada uma das duas matérias: “Mas, por favor, me expliquem, como se poderia destruir algo que não existe? Vocês não percebem como esta distinção está nos próprios elementos básicos e, por assim dizer, na matéria-prima deste tipo de obra? (Manzoni 2012a, 36). Ou seja, como acusar o romancista histórico de fazer ou não fazer algo que já está indicada na gênese do próprio romance histórico, isto é, seu hibridismo inevitável? Tendo razão num ponto e não em outro, ambos os opinantes do romance histórico estariam certos e errados ao mesmo tempo.

Tal crítica pode ser percebida pelas linhas de *Os noivos*, uma obra escrita por Manzoni e tida como um dos maiores romances históricos de todos os tempos. Nesse romance, o narrador revela inúmeras vezes que a finalidade de sua narrativa não é representar a verdade histórica:

Não pretendemos reproduzir todos os documentos oficiais e nem todos os acontecimentos de alguma forma memoráveis. Muito menos pretendemos

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas

tornar inútil, a quem queira fazer uma ideia mais completa, a leitura dos relatos originais, pois consideramos que existe nas obras desse gênero uma força viva, própria e, por assim dizer, incomunicável, qualquer que seja a forma como foram concebidas e conduzidas. Tentamos apenas distinguir e verificar os fatos mais gerais e importantes, colocá-los na ordem real de sua sucessão de acordo com a razão e a natureza destes, observar sua eficiência recíproca e dar assim, por ora e até que alguém não faça melhor, uma informação sucinta, mas sincera e continuada, dessas calamidades. (Manzoni 2012a, 436)

É com essa “força viva” que Manzoni consegue driblar o conteúdo dos relatos de historiadores da sua época, “inclinados, como eram, mais a descrever épicos acontecimentos do que abordar suas causas e consequências” (Manzoni 2012b, 399). Nessa inclinação, divulgava-se um retrato do território sem se aprofundar nas causas do mal, isto é, a desproporção entre os viveres e a necessidade (como a famosa revolta do trigo de Milão), bem como as causas e consequências da peste.

Manzoni narra uma história que se passa na região da Lombardia, entre 1628 e 1632, onde dois amantes passam por sofridas aventuras para tentar se casar. Renzo e Lúcia, camponeses analfabetos, moram numa pequena vila e pretendem unir-se, mas são impedidos por um fidalgo devasso (D. Rodrigo) que nutre certo desejo juvenil pela noiva. Desenvolvendo uma espécie de contraepopeia dos humildes, a história tem como pano de fundo a proliferação da peste, consequência das sucessivas invasões militares sofridas na região, e ainda a revolta do trigo causada pela fome que assolava principalmente a cidade de Milão.

A partir desse enredo, Manzoni estabelece uma relação profícua entre fatos privados e públicos no intuito de legitimar e esclarecer memórias que ficaram por explorar, especialmente aquelas ligadas ao imaginário popular do tempo e do espaço em questão: “Agora, para que os fatos

privados de que falta contar sejam claros, devemos absolutamente permitir contar os fatos públicos, tomando-os com algum distanciamento.” (Manzoni 2012b, 395).

O que devemos observar é que Manzoni se mune de um sistemático recurso de invenção para representar detalhes que a memória histórica de então não abordava de forma clara. Com essa finalidade, o autor conclui que “na dúvida excitada pelo romance histórico a mente se inquieta, porque na matéria que lhe é apresentada vê a possibilidade de um ato adicional, o desejo pelo qual é instigado ao mesmo tempo em que o meio para obtê-lo lhe é subtraído.” (Manzoni 2012a, 43). Trata-se, sobretudo, da constituição de um jogo de memória construído pelo escritor a partir de uma variedade de fatos, certos ou prováveis.

Desse modo, Manzoni já atentava para a relação tênue entre metáfora, texto histórico e ficcional, entre verdade e verossimilhança, ou seja, ele já atentava para a dimensão narrativa da história e da dimensão histórica da narrativa literária. Para manejar essa relação subjetiva através da narrativa, Manzoni se apóia nas lições de Vico, tomando a operação do verossímil como o exercício de uma verdade constituída pelo intelecto, “afinal o verossímil, que é a matéria-prima da arte, uma vez que seja manifestado e percebido como tal, torna-se uma verdade diversa, aliás diversíssima, do real, torna-se uma verdade perenemente contemplada pela mente, cuja presença é irrevogável.” (Manzoni 2012a, 38).

Dessa herança do romance histórico romântico, podemos extrair hoje que

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas

Se o historiador estiver preocupado com datas, fatos, nomes de um acontecido, ou se buscar a confirmação dos acontecimentos do passado, a literatura não será a melhor fonte a ser usada... Mas, se o historiador estiver interessado em resgatar as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e davam o clima de um momento dado no passado, ou em ver como os homens representavam a si próprios e ao mundo, a Literatura se toma uma fonte muito especial para o seu trabalho. (Pesavento 2003, 39)

Sem dúvida nenhuma, hoje o romance histórico, bem como a literatura no geral, continua concorrendo à construção de novas coordenadas intelectuais para o sentido da história. Tudo deve ser feito para distanciar as críticas que desvalorizam as construções semânticas da literatura, colocando-a como conjunto de narrativas meramente evasivas. Nosso grito aqui é justamente não deixar de enxergar as nuances da construção daquilo que podemos chamar de subjetivo e imaterial histórico no tecido literário.

Para Fredric Jameson, o que é extremamente relevante na herança dos romances históricos oitocentistas é “o apetite por imagens e imaginários da história em uma época em que seu sentido sofreu tamanha atrofia [...]”. O seu diagnóstico é que, por conta dessa herança, atualmente a verdade histórica nos mostra uma elaborada vertente do “poder imaginativo do falso e do fictício, das mentiras e dos engodos fantásticos.” (Jameson 2007, 201).

É exatamente isso que aponta o advento da história cultural no último quarto do século XX, tornando-se o imaginário histórico construído por hipóteses um conceito chave para a compreensão e a análise das subjetividades do passado. Para isso, é indispensável mesclar o rigor do método científico com o teor literário, numa relação narrativa recíproca, “quando o momento quase histórico da ficção troca de lugar com o momento quase fictício da história” (Ricoeur 2010, 332).

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas

Nesse sentido, “as idéias-imagens precisam ter um mínimo de verossimilhança com o mundo vivido para que tenham aceitação social, para que sejam críveis.” (Pesavento 1995, 22). Aliás, não precisamos mais comprovar ou chegar a uma veracidade, mas obter uma coerência de sentido sob o efeito da verossimilhança: “A rigor, história e literatura obtêm o mesmo efeito, a verossimilhança, com a diferença de que o historiador tem uma pretensão exclusiva de veracidade.” (Pesavento 2003, 37).

Essa valorização do verossímil ligada às fontes históricas faz da matéria subjetiva algo passível de ser estudado, ou melhor, de ser representado, pois tais subjetividades partem das condições documentais de existência, fazendo do imaginário levantado por hipóteses uma

evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer. Não será este o verdadeiro caminho da História? Desvendar um enredo, desmontar uma intriga, revelar o oculto, buscar a intenção? (Pesavento 1995, 24)

Nessa base hipotética da narrativa histórica, portanto, é que o escritor compromissado com outras temporalizações de um episódio passado encontra na literatura um fértil e complexo campo de trabalho. Na falta de muitos dados concretos sobre os acontecimentos que cercaram a história, recorre-se à metáfora associativa às crenças, às vontades e os desejos incrustados no imaginário das fontes.

Ao não encontrar as características que estava à procura na documentação disponível, muitos romancistas e historiadores se voltaram, na medida do possível, para outras fontes do mesmo tempo e do mesmo

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas

lugar investigado, a fim de descobrir o mundo subjetivo em que grupos e indivíduos atuavam. É justamente por isso que Theodor Adorno pensava que as obras de arte são exclusivamente grandiosas, porque elas dão vozes às ideologias ocultas da tradição (Adorno 2003).

A arte de ler as marcas de subjetividade nas fontes históricas, arte essa calcada no significativo metafórico e no silêncio das fontes, volta-se para sua tarefa de salvar os fragmentos ou aquilo que não foi explicitamente revelado no registro de um acontecimento. Nesse tipo de arte investigativa,

persiste a indiferenciação entre ficção, falsificação, ilusão e realidade, mas ela tem um compromisso com a verdade, por mais subjetivado que esse conceito apareça. Essa arte não se submete mais ao lema, típico da modernidade, — o verdadeiro engano está na promessa de autenticidade. A arte aposta em uma nova autenticidade, pós-metafísica, pós-positivista, mas engajada em elaborar, inscrever e denunciar a violência [das apropriações]. (Selligmann-Silva 2013, 42-43)

A partir dessas considerações, o que temos que ter em conta é que, em muitos casos, o romance apropriou e foi apropriado pela história para percorrer caminhos interpretativos, sugerindo uma base hipotética muito mais fortalecida pelo balanceamento crítico das fontes. Atualmente, muitas narrativas passam longe da “contraposição entre verdadeiro e inventado, persistindo na integração, sempre assinalada, de realidade e possibilidades de apropriação do real” (Ginzburg 2007, 315).

Para isso,

é preciso reconhecer que alguns livros de história têm uma estrutura mais narrativa do que outros. Porém, o que, em geral, é ressaltado não é o campo de conhecimento identificável nas narrações de ficção, por exemplo, nas narrativas romanescas, mas sim o nível fabulatório identificável nas narrações com pretensões científicas – a começar pelas narrativas historiográficas. (Ginzburg 2007, 326)

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas

Assim, devemos reconsiderar o empreendimento historiográfico de muitos textos tomados apenas como inventivo, ressaltando que a biografia dos personagens se torna, de vez em quando, a biografia de outros homens do mesmo tempo e do mesmo lugar, reconstruída com sagacidade e paciência mediante fontes históricas, cartoriais e literárias associadas a um específico contexto político-cultural.

Mediante a intensidade de tal ocorrência narrativa, surge uma nova historiografia cultural interessada em tais questões, despontando uma gama de estudos que se atentam para o largo conjunto de imaginários produzido pelos homens. Essa escola historiográfica, considerada como parte da terceira geração dos *Annales*, foi a primeira a sistematizar determinados conceitos e temas não convencionais, aspetos subjetivos até então pouco considerados como fonte histórica.

Historiadores como Jacques Le Goff, Georges Duby, Jean Delumeau e Roger Chartier marcaram presença efetiva nesses estudos, desbravando certos domínios da história que a grande maioria dos pesquisadores ainda não havia pensado em investigar consistentemente, como o campo analítico dos imaginários históricos. Uma categoria de fonte privilegiada para esses historiadores é constituída pelos documentos literários e artísticos, categoria que Le Goff gosta de chamar por “documentos do imaginário” (1999, 76). Huizinga, em seu célebre *Declínio da Idade Média*, por exemplo, mostrou muito do que se pode extrair de textos literários para o conhecimento das subjetividades de uma época histórica remota como a Idade Média².

2 “Termos como ficção ou possibilidade não devem induzir a erro. A questão da prova permanece mais que nunca no cerne da pesquisa histórica, mas seu estatuto é

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas

Embora o termo imaginário não seja, por si só, novidade na segunda metade do século XX, ele vem sofrendo ressignificações recentes no sentido de abarcar uma grande quantidade de questões e problemas necessárias ao debate da história intercedida pela verossimilhança. São processos de ressignificação na própria forma de conceber o trabalho historiográfico, e também na concepção de ciência e do racional. Por isso, essa história busca um refinamento operacional do conceito de imaginário, fundada na matéria subjetiva envolvida na realização das fontes do passado.

Constatamos que esse processo de interpretação das fontes e representação do passado não apenas investe nas condutas imaginárias que se desviam da mentalidade comum, sobrepondo o mental aos outros componentes da sociedade por ele retratada. O tom dominante de sua revisão é coerente com o que diz Roger Chartier acerca das representações históricas, cujo foco está inicialmente nas práticas sociais para, conseqüentemente, obter as representações integradas a essas práticas em que as subjetividades não deixam de se aparecer (Chartier 2002).

Averiguamos que, desse modo, um conteúdo histórico pode ser constituído por muito mais do que enunciados dialéticos ou crenças aparentemente estranhas, bizarras, paradoxais, incoerentes ou carregadas de contradições, mas daquilo que se poderia chamar “o acreditável disponível de uma época. [...] A noção de mentalidade é então devolvida ao seu estatuto de objeto novo do discurso historiador no espaço deixado a

inevitavelmente modificado no momento em que são enfrentados temas diferentes em relação ao passado, com a ajuda de uma documentação que também é diferente.” (Ginzburg 2007, 334).

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de
subjetividades históricas

descoberto pelo econômico, o social e o político. É um *explicandum*, não um princípio preguiçoso de explicação.” (Ricoeur 2008, 209).

O pretense não-dito e implícito, que o conceito de imaginário pressupõe, desdobra-se metaforicamente de uma complexa rede de aquisições graduais e circunstanciadas das questões de ordem sociopolítica e econômica, efetuando, assim, uma espécie de verossimilhança plenamente alicerçada em dados históricos:

Paul Veyne (em *Como se escreve a História*, de 1970) percebeu tal parentesco, tanto que afirmava ser a crítica literária o termo de comparação para a teoria da história. Por mais que se disponha de documentação, explica Veyne, o trabalho do historiador está sujeito à causalidade e à retrodição. Este último termo, emprestado da teoria das probabilidades, designa uma operação de preenchimento, que se realiza por hipóteses. [...]. Daí o historiador não ter acesso jamais ao concreto, mas apenas a uma mínima parte dele. (Weinhardt 2011, 19-20)

Essa estratégia induziria o historiador ao emprego de uma linguagem mais descritiva e pictórica, “orientada para a captação de sutilezas como as tendências de sentido e para a reconstituição possível da vida privada. Daí a reabilitação da narrativa, em reação ao discurso conceitual e analítico da história construída segundo os procedimentos de raciocínio casual.” (Lacerda 1994, 20).

Observa-se que no campo da micro-história, por exemplo, alguns historiadores adotam técnicas narrativas que se utilizam da metáfora cognitiva para se opor à maneira tradicional como os historiadores investigam e escrevem a história. Para Carlo Ginzburg e Natalie Zemon Davis, os historiadores teriam ultrapassado, atualmente, a clivagem da *Poética* de Aristóteles entre história e poética, pois hoje se admite que ambas jogam com o possível, o plausível e o verossímil.

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas

Por ficção, ambos os investigadores não entendem falsidade ou fantasia. Tal reposicionamento minimiza a diferença entre *logos* e *mythos*. É nesse contexto que os fatos do cotidiano, à luz das sensibilidades, permitem desvendar elementos da cultura, transformando os princípios da antiga poética. Logo,

o historiador é um mediador, em busca de “possíveis versões”. Estas permitem reconhecer a verossimilhança na escrita da história e reportar-se sempre à combinação de elementos como descrição densa, aliada a uma explicação complexa e evocação subjetiva (sentido) uma vez que o historiador reconfigura o tempo dando sentido ao mundo. (Silva 2009, 3)

Nesse contexto, a história se propõe a reconhecer os sentidos criados no processo de reconfiguração do tempo pela literatura, trocando sentido, sobretudo, com as histórias alojadas nos recônditos simbólicos das fontes. Visa-se, uma narrativa que tem por natureza preencher lacunas presentes nos documentos do passado, e pretendendo, por fim, estabelecer um diálogo entre narrativa, ficção e novas possibilidades explicativas para os fatos sociais.

Em *O queijo e os vermes*, Ginzburg soube considerar tais nuances para desenvolver uma narrativa histórica acerca de um moleiro perseguido pela Inquisição no século XVI, narrativa essa pautada sempre pelas possibilidades e não pelas certezas históricas:

Com quem foi que começou a pensar [coisas consideradas pelos padres pagãs e profanas]? – quis saber logo a seguir o inquisidor. Só depois de uma longa pausa (*post longam moram*) Menocchio disse: “Não sei”. Menocchio, portanto, deve ter falado [grifo nosso] com alguém sobre questões religiosas proibidas quinze ou dezesseis anos antes – em 1583, provavelmente, porque no início do ano seguinte fora encarcerado e processado. São grandes as possibilidades de que se tratasse da mesma pessoa que havia emprestado a Menocchio o livro incriminado, o *Decameron*. (Ginzburg 2006, 58)

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas

Os registros dos tribunais diocesanos estão cheios de casos matrimoniais, que vêm sendo utilizado pelos historiadores para tentar compreender, em partes, como os aldeões e a população urbana manobravam e pensavam no interior do rigoroso mundo da lei e do costume do século XVI europeu. É possível observar nos grifos da citação acima, a cautela de Ginzburg ao abordar os indícios de um processo inquisitorial, deixando de lado qualquer tipo de afirmação ou certeza a respeito do moleiro acusado, e não deixando por isso de se envolver produtivamente com sua história privada.

Segundo o historiador, “as confissões de Menocchio, o moleiro friulano”, possivelmente dão a entender, em certa medida, “a irredutibilidade de parte de seus discursos a esquemas conhecidos, apontando para um estrato ainda não examinado de credices populares, de obscuras mitologias camponesas.” (Ginzburg 2006, 19).

O livro *O retorno de Martin Guerre*, escrito por Natalie Zemon Davis, também faz jus a essa estratégia narrativa compartilhada pela micro-história. Usando procedimentos narrativos com a verossimilhança, as conjecturas e as analogias, narra uma história de impostura e de falsa identidade ocorrida numa aldeia francesa na região do Languedoc, na metade do século XVI. Davis suscitou com essa obra interessantes reflexões em torno da relação entre texto histórico e texto ficcional.

Foi a estrutura narrativa e a interpretação que Davis deu à história o motivo que mais provocou críticas quanto ao seu método de pesquisa e principalmente quanto aos limites e as distinções entre texto histórico e ficção. Davis usa uma expressão no mínimo controversa para os

historiadores. Ela diz recorrer a outras fontes da mesma época e região para encontrar homens e mulheres semelhantes a Martin, Bertrande e Arnaud. Já que não é possível ter acesso aos seus pontos de vista, nem às suas falas, Davis ofereceu aos leitores uma invenção construída pela atenta escuta das “vozes do passado.” (Davis 1987, 21).

Teria a experiente historiadora cometido um deslize, um erro ou uma imprudência metodológica imperdoável no tribunal dos documentos ou uma afronta à soberania das fontes? Pode o historiador inventar vozes? Certamente que não, e ressaltamos que o verbo inventar foi utilizado pela autora com um sentido diferente e mais denso em relação a sua definição trazida pelo desgastado binômio verdade e mentira, como visto anteriormente:

Mas como fazem os historiadores para trazer à superfície tais informações das profundezas do passado? Esquadrinhando as cartas e diários íntimos, as autobiografias, memórias e histórias de família. Examinamos as fontes literárias – peças teatrais, poemas líricos e contos – que, quaisquer que sejam suas relações com a vida real dos indivíduos, mostram-nos os sentimentos e reações que os autores consideravam plausíveis num determinado período. Já os camponeses, dos quais, no século 16, noventa por cento não sabiam escrever, deixaram-nos poucos documentos sobre sua vida privada. Os diários e histórias de família que chegaram até nós são escassos: uma ou duas linhas sobre nascimentos, mortes e o tempo climático. (Davis 1987, 17-18)

A documentação disponível sobre o caso de Martin Guerre era escassa e lacunar como praticamente toda vida camponesa do século XVI. O caso analisado em seu livro tinha somente duas fontes: dois relatos de juízes que acompanharam o caso de falsa identidade. Para resolver o problema com evidências, Davis estabeleceu argumentos conjecturais que a contigüidade das fontes permitiu e, por outro, construiu uma narrativa de estrutura literária, usando verbos condicionais e advérbios que expressam a

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas

dúvida como “talvez” e “certamente” ou expressões como “pode-se conjecturar” e “meu palpite”.

Davis não mudou de ofício ao escrever esse livro, ela problematizou a relação entre provas e possibilidades, entre invenção e criação, verdadeiro e verossímil, inferência e especulação. Invenção, segundo Davis, refere-se a uma ação criativa, a um procedimento analítico frente às lacunas documentais da história. Mais do que provas, esse tipo de trabalho apresenta possibilidades interpretativas. Já que muitas vezes não é possível ter acesso a testemunhos de um fato, a invenção, a que se refere Natalie Davis, diz respeito a um procedimento metodológico cujo recurso às analogias e às conjecturas é uma estratégia decorrente da contiguidade das fontes.

Entretanto, cabe salientar que muitos não concordam com essa estratégia narrativa e investigativa da história. Isso ocorre por muitos não compreenderem que, na sua linha cultural de estudos, “não mais se entende a estrutura narrativa simplesmente como o equivalente de relato de eventos, ações e estados de coisas em ordem de sucessão cronológica.” (Lacerda 1994, 28).

Lawrence Stone, por exemplo, discutindo o retorno da narrativa na história, chega a estabelecer uma distinção entre o que chama de narrativa tradicional e uma nova narrativa, tomando por narrador aquele que se vale da retórica, que escolhe as palavras e constrói os argumentos, que escolhe a linguagem e o tratamento dado ao texto, que fornece uma explicação e busca convencer seu leitor de uma forma (des)construtiva.

Desse modo, a verossimilhança é uma das chaves para compreendermos que a representação do passado é menos anacrônica e mais

democrática quando percorre os horizontes metafóricos da possibilidade histórica, colocando em suspenso qualquer categorização positiva do real. Tal defesa teórico-metodológica desse campo não consiste apenas em dar novas definições conceituais, mas consiste, sobretudo, em compreender as nuances do processo de representação histórica na contemporaneidade em que é imaginada.

Na intercessão da verossimilhança na história, “a metáfora surge numa ordem já constituída por um jogo regado de relações: subordinação, coordenação, probabilidade, proporcionalidade, igualdade ou diferença de relações” (Ricoeur 2000, 42), que consistem em flexibilizar e violar um dos significados desse jogo, ampliando a estrutura semântica de um conteúdo e ou mesmo de uma dada linguagem, abrindo diferentes leques de interpretação, farejando rastros e construindo formas de histórias que ficaram por contar.

Tal como a literatura, a história, enquanto representação do real, constrói sua representação do passado. Mas, no caso da história “se trata de uma produção autorizada, sempre circunscrita pelos dados da passividade (as fontes), a preocupação com a pesquisa documental e os critérios de cientificidade do método.” (Pesavento 1998, 12). Ou seja, no resgate e na articulação dos dados do passado há versões constituídas por um processo seletivo de dados, discursos e imagens.

Nesse processo seletivo, os rastros ou os sinais nos fornecem dados mais coerentes, fundados em possibilidades e imaginários históricos, e não em provas absolutas de algo, visto que a história não almeja mais uma certeza plena, e sim esclarecimentos acerca de suas próprias tendências e

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de subjetividades históricas

representações. Isso proporciona ao historiador uma forma de se orientar melhor no labirinto do real, se sensibilizando para a historiografia em sua multiplicidade: “O emocional, as pulsões, os desejos, são interpelados, não numa ótica de fuga da realidade [...], mas, ao contrário, como sedimentação afetiva em torno de esquemas tradicionais ou apelo à renovação da imagética presente historicamente.” (Navarro-Swain 1994, 57).

Para essa nova história, é legítima a busca dos sinais, eles são a tradução externa das subjetividades, elas são geradas a partir da produção material dos indivíduos e dos grupos sociais: “as emoções e os sentimentos devem ser expressos e materializados em alguma forma de registro possível de ser resgatado pelo historiador.” (Pesavento 2008, 58). Sendo assim, para aqueles que gostam de afirmar que a história é uma espécie de ficção, devem lembrar que muitas vezes ela se apresenta como uma ficção controlada, sobretudo, pelos rastros simbólicos adquiridos dos diferentes códigos e extraídos da leitura a contrapelo das fontes.

É preciso, portanto, articular “as diferenças, as particularidades e especificidades de cada contexto com as relações de conexão e interdependências de cada elemento com os outros não-presentes no texto/objeto de análise, incitando acima de tudo o contexto no qual se insere.” (Pesavento 2008, 60). É mais que provável que quanto maior o volume de conhecimento disponível para ser aplicado e usado nessa coleta indiciária, maior será a possibilidade de estabelecer conexões e interrelações.

Por fim, podemos concluir que se agimos com um evidente pessimismo em relação à existência do fato histórico, gostaríamos de ter

deixado transparecer ao longo desse ensaio, porém, que há certa esperança quanto à função histórica da narrativa contemporânea: “Algumas vezes, de um homem resta ainda a sua história. É esse o pouco ou muito de eternidade que nos é dado. É preciso, a partir disso, fazer este credo não na História, mas nas histórias. Às vezes, dos homens restam as suas histórias. Se houver alguém que as conte.” (Carlos & Esteves 2007, 92).

Cabe salientar, dessa forma, que não propomos aqui criticar o fazer histórico sem pôr nada no lugar, afirmando descontroladamente o relativismo de qualquer discurso. Apenas enxergamos que a literatura é um apropriado espaço de luta entre significados provenientes da história e de outros campos semânticos. Um espaço não só de combates, como também de sobrevivência visto a precariedade do relato em épocas de conflito.

Trata-se de marcas narrativas do passado que precisam levar em conta outros fundamentos epistemológicos, sustentando assim uma concepção de verossimilhança histórica construída metaforicamente. Nessa perspectiva, o campo do possível não se submete ao campo da predeterminação, é uma brecha nos discursos sociais cristalizados, uma contravenção dos discursos absolutistas, lembrando que a história, muito mais que uma ideia absoluta, como queria Hegel, revoluciona-se e continua revelando-se como um mosaico de vozes e caminhos oblíquos pelos quais a ficção nos ajuda a percorrer.

Bibliografia

- Adorno, Theodor W. 2003. *Notas de Literatura I*. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34.
- Araujo, Maria Cláudia. 2011. A Poética de Aristóteles sob a abordagem de Lígia Militz da Costa. *Kaliópe*, 14: 70-82.
- Aristóteles. 2005. *Arte Retórica*. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. 17ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Aristóteles. 2004. *Arte Poética*. Tradução de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carlos, Ana Maria, Esteves, Antonio Roberto. 2007. *Ficção e História: leituras de romances contemporâneos*. Assis: Ed. UNESP.
- Charaudeau, Patrick & Maingueneau, Dominique. 2008. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.
- Chartier, Roger 2002. *A História Cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Machado. Algés – Portugal: Difel.
- Davis, Natalie Zemon. 1987. *O retorno de Martin Guerre*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Esteves, Antonio Roberto, Milton, Heloísa Costa. 2007. Narrativas de extração histórica. In: Carlos, Ana Maria, Esteves, Antonio Roberto (orgs.). *Ficção e História: leituras de romances contemporâneos*. Assis: Ed. UNESP.
- Ginzburg, Carlo. 2007. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ginzburg, Carlo. 2006. *O queijo e os vermes*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ginzburg, Carlo. 1989. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hutcheon, Linda. 1991. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Hutcheon, Linda. 1985. *Para uma teoria da paródia. Ensinos das formas de arte do século XX*. Tradução de Tereza Louro Pérez. Lisboa: Edições 70.
- Jameson, Fredric. 2007. O Romance Histórico ainda é possível? Tradução de Hugo Mader. *Novos Estudos CEBRAP*, 77: 185-203.

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de
subjetividades históricas

- Kundera, Milan. (2009). *A arte do romance*. Tradução de Teresa Bulhões. São Paulo: Companhia de Bolso.
- Lacerda, Sônia. 1994. História, Narrativa e Imaginação Histórica. In: Swain, Tânia Navarro (org.). *História no plural*. Brasília: Editora da UnB, 9-42.
- Le Goff, Jaques. 1999. *Reflexões sobre a história* (Entrevista de Francesco Maiello). Tradução de António José Pinto Ribeiro. Lisboa: edições 70.
- Manzoni, Alessandro. 2012a. *Sobre o romance histórico*. Tradução, introdução e notas de Tiago Tresoldi. Porto Alegre: Tiago Tresoldi Editore.
- Manzoni, Alessandro. 2012b. *Os noivos: história milanesa do século XVII*. Tradução de Francisco Degani. São Paulo: Nova Alexandria.
- Navarro-Swain, Tânia. 1994. Você disse imaginário? In: Swain, Tânia Navarro (org.). *História no plural*. Brasília: Editora da UnB, 43-68.
- Pesavento, Sandra Jatahy. 1995. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, 15 (29): 9-27.
- Pesavento, Sandra Jatahy. 1998. *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Pesavento, Sandra Jatahy. 2003. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *Revista de História da Educação*, 14: 31-45.
- Pesavento, Sandra Jatahy. 2008. *História & História Cultural*. 2ª ed.. Belo Horizonte: Autêntica.
- Ricoeur, Paul. 2000. *A metáfora viva*. Tradução Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola.
- Ricoeur, Paul. 2008. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora Unicamp.
- Ricoeur, Paul. 2010. *Tempo e narrativa*. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, vol. 2.
- Seligmann-Silva, Márcio. 2013. Ficção e imagem, verdade e história: sobre a poética dos rastros. In: *Dimensões*, 30: 17-51.

Metáforas de Clio: inferências e especulações na investigação de
subjetividades históricas

- Silva, Flávia Rosa de Moraes. 2009. A Verossimilhança nos Estudos Culturais Captados pelas Sensibilidades no Cotidiano. *Anais do II Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História da UFG/UCG*, II: 1-20.
- Vico, Giambattista. 1974. *Princípios de uma Ciência Nova (Acerca da natureza das nações)*. Tradução de António Lázaro de Almeida Prado. São Paulo: Abril Cultural.
- Weinhardt, Marilene. 2011. *Ficção histórica: teoria e crítica*. Ponta Grossa: Editora UEPG.